ISSN 1807-3395

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Ano XX – Nº 117
Dez-Jan 2024

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor
Fábio Paixão

Coordenadores
Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duek Marques
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Conselho Editorial
Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

Colaboradores deste Volume

Alexandra Pinheiro de Castro – André Lamas Leite – Bárbara Fiorentini Uliana
Bruno Girade Parise – Claudio José Langroiva Pereira – Felinto Alves Martins Filho
Gustavo Octaviano Diniz Junqueira – Isaac Maynart Carvalho Moyses Souza
João Maurício Adeodato – Lucia Alonso Falleiros
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima – Miguel Tedesco Wedy
Raphael Silva Rodrigues – Thiago Buschinelli Sorrentino – Vitória Madruga

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

v. 1 (ago./set. 2004)-.– Porto Alegre: Magister, 2004-
Bimestral. Coordenação: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Oswaldo Henrique Duek Marques e Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado.
v. 117 (dez./jan. 2024)
ISSN 1807-3395

1. Direito Penal – Periódico. 2. Direito Processual Penal – Periódico.

CDU 343(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a centésima décima sétima edição da *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, destinada a contribuir para aperfeiçoar as ciências penais e processuais penais.

Abre a sequência de artigos "Abordagens policiais: uma análise da busca pessoal no Brasil à luz da jurisprudência das Cortes Superiores e de Cortes Internacionais de Direitos Humanos", de Claudio José Langroiva Pereira, Alexandra Pinheiro de Castro e Bruno Girade Parise. Nele, os autores analisam a jurisprudência das Cortes Superiores brasileiras em relação à abordagem policial, estudando a evolução dos entendimentos e os desafios ainda presentes.

Na sequência, Gustavo Octaviano Diniz Junqueira e Lucia Alonso Falleiros, em "Penas restritivas de direitos pecuniárias como penas degradantes: o problema da idealização das penas restritivas de direitos no Brasil", demonstram que as penas restritivas de direitos de natureza pecuniária, apesar de possuírem bases legitimadoras, são inadequadas no Brasil.

Já no artigo "A Garantia da ordem pública como fundamento para a prisão preventiva à luz do *positivismo* de Ferrajoli: adesão e crítica", Martonio Mont'Alverne Barreto Lima e Felinto Alves Martins Filho discorrem sobre os fundamentos para a decretação da prisão preventiva, segundo o vigente Código de Processo Penal Brasileiro.

A Revista prossegue com o texto de João Maurício Adeodato e Bárbara Fiorentini Uliana, no qual abordam a "Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva realizada *ex officio* pelo magistrado".

Em seguida, no escrito "Os crimes contra o mercado de capitais: conceitos, modelos explicativos do bem jurídico e o caso do *insider trading*", Isaac Maynart Carvalho Moyses Souza e Raphael Silva Rodrigues tratam, de forma aprofundada, da temática desses crimes.

Miguel Tedesco Wedy e Vitória Madruga, por sua vez, em "Investigação criminal defensiva", mostram a importância desse instituto como ferramenta de garantia dos direitos fundamentais.

No texto intitulado "Quem fala em humanidade, pretende enganar: o resgate do princípio na retorica penal", Thiago Buschinelli Sorrentino resgata alguns dos sentidos possíveis para "humanidade", como norma acionável no

controle de validade de normas gerais e abstratas, ou individuais e concretas, em matéria penal.

Por último, na seção reservada à *Doutrina Estrangeira*, o jurista português André Lamas Leite, em seu artigo "A mediação penal de adultos em Portugal: a síndrome de Lázaro?", analisa os aspectos da Lei de Mediação Penal portuguesa que podem influenciar negativamente na sua não aplicação, para além dos fatores extralegais.

Como coordenadores, estamos convencidos da excelência e atualidade dos textos apresentados, cuja leitura será, sem dúvida, de grande interesse para os estudiosos das ciências penais e processuais penais.

Carlos Eduardo Adriano Japiassú

Oswaldo Henrique Duek Marques

Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Sumário

Doutrina

1. Abordagens Policiais: uma Análise da Busca Pessoal no Brasil à Luz da Jurisprudência das Cortes Superiores e de Cortes Internacionais de Direitos Humanos
Claudio José Langroiva Pereira, *Alexandra Pinheiro de Castro* e *Bruno Girade Parise*.... 7

2. Penas Restritivas de Direitos Pecuniárias como Penas Degradantes: o Problema da Idealização das Penas Restritivas de Direitos no Brasil
Gustavo Octaviano Diniz Junqueira e *Lucia Alonso Falleiros* 30

3. A Garantia da Ordem Pública como Fundamento para a Prisão Preventiva à Luz do *Positivismo* de Ferrajoli: Adesão e Crítica
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima e *Felinto Alves Martins Filho* 47

4. Conversão da Prisão em Flagrante em Prisão Preventiva Realizada *Ex Officio* pelo Magistrado
João Maurício Adeodato e *Bárbara Fiorentini Uliana*..... 64

5. Os Crimes Contra o Mercado de Capitais: Conceitos, Modelos Explicativos do Bem Jurídico e o Caso do *Insider Trading*
Isaac Maynart Carvalho Moyses Souza e *Raphael Silva Rodrigues*..... 83

6. Investigação Criminal Defensiva
Miguel Tedesco Wedy e *Vitória Madruga* 105

7. "Quem Fala em Humanidade, Pretende Enganar" – o Resgate do Princípio na Retórica Penal
Thiago Buschinelli Sorrentino..... 116

8. A Mediação Penal de Adultos em Portugal: a Síndrome de Lázaro?
André Lamas Leite 126

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Tráfico de Drogas. Busca e Apreensão Domiciliar. Fundadas Razões para o Ingresso no Imóvel Devidamente Comprovadas *A Posteriori*. Observância das Diretrizes Fixadas por esta Suprema Corte no Julgamento do Tema 280 da Repercussão Geral. Acórdão Recorrido em Desconformidade com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Rel. Min. Alexandre de Moraes 154

2. Superior Tribunal de Justiça – Crimes Contra Crianças e Adolescentes. Intimação da Defensoria Pública, de Ofício, para Prestar Assistência às Vítimas. Presença em Audiências de Depoimentos Especiais. Ausência de Ilegalidade. Atuação em Conformidade com as Funções Constitucionais e Legais da Defensoria Pública. Direito da Vítima à Assistência Jurídica Integral. Inexistência de Confusão com as Atribuições do Ministério

Público. Atuação da Defensoria Pública que Ultrapassa a Ação Penal. Promoção da Educação para o Pleno Exercício dos Direitos. Defesa dos Direitos Individuais e Coletivos das Crianças e Adolescentes. Dever de Acompanhamento e Atendimento Interdisciplinar da Vítima. Integração Operacional. Aplicação Analógica do Art. 28 da Lei nº 11.343/03. Microssistema de Proteção de Vulneráveis. Recurso Ordinário Desprovido
Relª Minª Laurita Vaz 173

3. Superior Tribunal de Justiça – Tráfico. Busca Domiciliar. Presença de Justa Causa. Dispensa de Objeto no Chão. Fuga Imotivada ao Avistar a Aproximação Policial. Ausência de Ilegalidade. Prisão Preventiva. Fundamentação Idônea. Substituição por Medidas Cautelares Diversas. Não Cabimento. Agravo Regimental Improvido
Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca 189

4. Superior Tribunal de Justiça – Violação dos Arts. 107, IV, e 171, § 5º, do CP, bem como do Art. 38 do CPP. Suposta Ilegalidade no Acórdão que Concedeu Ordem de *Habeas Corpus* para Declarar Extinta a Punibilidade pela Decadência do Direito de Representar em Relação a Três Vítimas. Desnecessidade de Rigor Formal. Precedente da Terceira Seção. Moldura Fática Delineada que Indica que o Comparecimento das Vítimas só Ocorreu em Observância ao Mandado de Intimação Expedido pela Autoridade Policial. Inexistência de Manifestação Expressa do Interesse de Representar. Impossibilidade de Tomar o Mero Comparecimento, no Caso, como Representação para Fins Penais
Rel. Min. Sebastião Reis Júnior 196

Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 203